

CONFLITOS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO

Conflitos, saberes e possibilidades de desenvolvimento
na Macrometrópole Paulista

Silvia Helena Passarelli (UFABC)

Ricardo de Sousa Moretti (UFRN)

RESUMO GERAL

A Macrometrópole Paulista apresenta-se como nova escala de planejamento regional do Governo do Estado de São Paulo e como plataforma para integração de políticas públicas. Abrange 174 municípios das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba, Litoral Norte, Sorocaba e as aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba, com uma população de quase 34 milhões de pessoas. O objetivo dessa Sessão Livre será debater as contradições que cercam essa nova agenda de gestão urbana focada sobretudo no desenvolvimento regional. Para tanto, serão apresentados os temas governança democrática, segurança hídrica, vulnerabilidades e riscos para contribuir com a análise de um caso específico na Região Metropolitana de São Paulo que envolve os conflitos entre a preservação de recursos hídricos e a implantação de um centro logístico, às margens de um dos rios formadores da Represa Billings, envolvendo desmatamento de cerca de 100 hectares de Mata Atlântica em estágio médio e avançado de regeneração.

O empreendimento proposto no Distrito de Paranapiacaba, em Santo André, propõe a integração dos modais de transporte ferroviário e rodoviário, com a perspectiva de, em uma área que tem como acesso por uma rodovia em pista simples (com fluxo de 16 mil veículos ao ano, sendo 1.200 de uso comercial) e estradas de terra, trafegar cerca de 1.400 caminhões por dia com potenciais impactos na circulação dos moradores, no aumento da poluição do ar, do solo e da água, na redução da biodiversidade local e nos bens tombados na região, entre eles, a Vila de Paranapiacaba, composta por pátio ferroviário, sistemas de tração de vagões pela Serra do Mar e vila operária implantados desde a segunda metade do século XIX e tombada pelos três entes federativos, e que desde os anos 2000 recebe recursos para o estímulo do turismo histórico e ambiental para grupos organizados e de baixo impacto e que estabelece no Plano Diretor as diretrizes: promoção do desenvolvimento sustentável da Vila de Paranapiacaba por meio da preservação e recuperação do seu patrimônio cultural e estimular “áreas para o desenvolvimento econômico local com as atividades econômicas de impacto compatível com as atividades de turismo ambiental, conservação dos mananciais e respeitando o princípio da sustentabilidade”.

Este caso envolve, portanto, conflitos entre a política local que destina a área para desenvolvimento turístico resguardando a mata atlântica e a preservação do patrimônio do conjunto ferroviário de Paranapiacaba e as propostas de transformação da paisagem e das dinâmicas de vida previstas pela implantação de um centro logístico que se propõe a integrar modais do transporte ferroviário e rodoviário e a atrair novos empreendimentos para a área, em conformidade com as diretrizes do Plano de Ações da Macrometrópole de São Paulo.

Para o desenvolvimento da Sessão, será feita uma breve explanação sobre este caso específico destacando os impactos do empreendimento proposto sobre a preservação do patrimônio local (patrimônio este tombado pelos três níveis de governo e incluído na lista indicativa do patrimônio mundial da UNESCO). A primeira exposição será sobre o papel (ou a ausência dele) das pequenas e médias cidades no debate da governança regional dentro do atual cenário federativo brasileiro. Discussão sobre os avanços necessários para o estabelecimento de uma governança democrática diante dos desafios que se apresentam nesta nova escala de metropolização e planejamento é o tema da segunda exposição. A exposição seguinte abordará a segurança hídrica a partir de uma perspectiva crítica sobre as transformações das relações hidrossociais. Riscos ambientais urbanos fundamentados em uma concepção de vulnerabilidades e construção social de riscos é o tema da quarta comunicação. A exposição final trará um olhar sobre os conflitos socioambientais versus desenvolvimento sob a perspectiva de uma liderança comunitária da Vila de Paranapiacaba.

ARRANJOS POPULACIONAIS, ENQUADRAMENTO TIPOLÓGICO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO FEDERATIVO

Ricardo de Sousa Moretti (UFRN)

Será apresentada e questionada a lógica instituída de planejamento territorial no Brasil, que privilegia as iniciativas tomadas na esfera municipal e tem o olhar dirigido para os municípios de médio porte isolados, apresentando sérias lacunas nos casos dos arranjos populacionais e também nos municípios pequenos e isolados. Orientações como, por exemplo, a regulamentação de uso e ocupação do solo, são atribuições exclusivas da esfera municipal, mesmo quando o município integra algum tipo de arranjo populacional. Estes arranjos, estabelecidos com critérios de contiguidade da mancha urbanizada e presença de movimentos pendulares para trabalho ou estudo entre mais que um município, representavam 55,7% da população brasileira em 2010. São casos em que o planejamento precisa ser pensado para um território que transcende a delimitação política administrativa de um único município. Os 4530 municípios pequenos e isolados, que tinham 35,7% da população brasileira em 2010, também não são o foco do sistema instituído de planejamento. Será debatida essa lógica em vigor do sistema de planejamento no contexto federativo brasileiro, que se estrutura em um perfil de municípios que hoje abriga tão somente 8,6% da população total e apresenta sérias dificuldades estruturais, nos demais casos.

GOVERNANÇA AMBIENTAL NO CONTEXTO DA MMP

Ruth Ferreira Ramos (UFABC); Klaus Frey (UFABC)

O objetivo desta sessão é discutir as contradições, os limites e as possibilidades para o estabelecimento de uma governança regional democrática, perante a nova escala de planejamento regional no Estado de SP, designada Macrometrópole Paulista (MMP). Entendendo a MMP como uma plataforma de descentralização da ação de governo estadual e, ao mesmo tempo, de cooperação intermunicipal em políticas públicas que visa minimizar os desequilíbrios regionais e promover sinergias para o desenvolvimento regional sustentável, iniciaremos apontando demandas que se apresentam para a governança da região. Para isso, discutiremos dois casos que enfocam a ligação existente entre a Região Metropolitana da Baixada Santista com a Região Metropolitana de São Paulo. O primeiro refere-se à dependência da Baixada Santista dos recursos hídricos localizados no planalto, para garantir o abastecimento de várias cidades do litoral. O segundo trata da possível implantação de um complexo logístico de grande porte na Vila de Paranapiacaba para apoiar o Porto de Santos. Abordando os conflitos sociais, ambientais e econômicos existentes com foco no compartilhamento de decisões em um arranjo de governança multinível, discutiremos os desafios impostos para promoção de uma gestão urbana e regional mais eficaz, justa e democrática.

SEGURANÇA HÍDRICA E A MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Vanessa Empinotti (UFABC); Rayssa Cortez (UFABC)

Concentrada na proposição de soluções de infraestrutura para garantir a disponibilidade hídrica para humanos, ecossistemas e atividade econômica sob condições de mudanças climáticas, a segurança hídrica se tornou um conceito chave para garantir o acesso à água no contexto mundial. Entretanto, ao considerarmos a segurança hídrica como um processo e não um objetivo, se criam oportunidades para uma reflexão plural. Como processo, podemos reconhecer os múltiplos caminhos que podem levar a garantia do acesso à água, em qualidade e quantidade e que não se concentram em um modelo único de ação. Com foco na transformação das relações hidro-sociais, que combinam fluxos de poder, infraestrutura e a materialidade da água, a segurança hídrica pode ser atingida por indivíduos, domicílios e comunidades de forma a manter o desenvolvimento das suas capacidades humanas e bem-estar. A partir deste entendimento quais seriam os desafios de se estudar a segurança hídrica em um recorte territorial como a macrometrópole? Que lições podemos tirar das estratégias desenvolvidas por comunidades que não são atendidas pelo sistema de abastecimento formal? E como tais lições poderão contribuir na construção de uma proposta de segurança hídrica para a macrometrópole paulista? Essas questões serão apresentadas e discutidas nessa sessão.

VULNERABILIDADES, RISCOS E CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NA MMP

Samia Sulaiman (UFABC); Pedro Roberto Jacobi (USP)

O processo histórico de (des)organização socioespacial e dinâmica da Macrometrópole Paulista apresenta uma grande diversidade de situações de riscos ambientais urbanos, entendidos como “disfunções” com potencialidade de gerar processos que podem causar, e têm causado, perdas e danos às pessoas, bens e infraestrutura do entorno. A construção social dos riscos, ligada à gestão insustentável do ambiente urbano, tem, na sua face mais perversa, a proliferação e perpetuação de grupos social e ambientalmente vulneráveis, vítimas da segregação socioespacial que reserva, às populações mais pobres, os fundos de vale, as várzeas alagáveis e as encostas mais íngremes. Faz-se necessária uma revisão profunda da estrutura e gestão urbana tendo como foco os conflitos socioespaciais, caminhando na perspectiva da governança, da visão sistêmica sobre os fluxos e nexos territoriais da macrometrópole, do olhar pormenorizado da vulnerabilidade municipal, dos impactos das intervenções humanas em cada bacia hidrográfica tanto pelo excesso de água (inundações e deslizamentos), quanto pela crise hídrica, e do aumento e legitimidade da participação social na tomada de decisão.

SABERES LOCAIS NA DEFESA DE PARANAPIACABA

Israel Lopes (liderança do movimento SOS Paranapiacaba, morador da vila)

Enquanto machado e fogo ceifaram as florestas nativas do interior para dar lugar ao café, de longe os trilhos rasgaram a floresta para escoar a produção ao porto de Santos, e assim surgiu a vila de Paranapiacaba e sua comunidade dependente da ferrovia, mas não eternamente. Os mais antigos se recordam das coisas boas, mas também dos deslizamentos e da poluição de Cubatão que afetou a saúde, a floresta e a ferrovia. Saudades das coisas boas do passado e temor ao futuro não é, infelizmente, privilégio dos mais velhos; os jovens relembram os meados de 2000, com a ferrovia já privatizada e o desemprego, que foi superado pelas formações de monitores ambientais, restaurantes, pousadas e ateliês que trouxeram esperança, e chamaram a atenção do país para uma região que passou a gerar trabalho e renda através de conservação de florestas, educação ambiental e turismo. Esperança que precisa ser renovada e reafirmada diante da possibilidade de instalação de um centro logístico em Paranapiacaba para armazenar e redistribuir a carga que vem do Porto de Santos. O empreendimento é uma ameaça não apenas por prever o desmatamento de extensa área verde, incluindo mananciais da represa Billings, mas também porque compromete o turismo, a conservação da biodiversidade, a produção de água e outros serviços ecossistêmicos, numa área que tem caminhado no sentido da sustentabilidade. Valorizar os saberes locais em torno de uma perspectiva de futuro sustentável é fundamental para fortalecermos um paradigma de desenvolvimento que reconhece e protege o riquíssimo patrimônio natural, histórico e social das comunidades locais e do entorno de Paranapiacaba.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O artigo é resultado das atividades do projeto temático, em andamento, “Governança ambiental na Macrometrópole Paulista, face à variabilidade climática” (processo n. 15/03804-9).